

Marco Antonio de Barros

PROCESSO PENAL

DA INVESTIGAÇÃO ATÉ A SENTENÇA

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8647-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

1142585

Barros, Marco Antonio de.

B277 Processo penal: da investigação até a sentença./
Marco Antonio de Barros./ Curitiba: Juruá, 2019.
508p.

1. Processo penal. 2. Investigação criminal. I. Título.

CDD 345.05 (22.ed)

CDU 343.1

00194

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	21
Capítulo 1 – INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL	23
1.1 PERSECUÇÃO PENAL.....	23
1.2 SÍNTESE HISTÓRICA DO PROCESSO PENAL.....	24
1.2.1 Primórdios do Direito Processual Penal.....	24
1.2.2 Raízes Jurídicas Lusitanas Plantadas em Nosso Direito.....	27
1.2.3 Reminiscências do Processo Criminal Pós Independência do Brasil.....	31
1.3 SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS (Acusatório, Inquisitivo e Misto).....	37
1.4 SISTEMA PROCESSUAL ADOTADO PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	39
1.5 PRINCÍPIOS QUE EMERGEM DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL.....	40
1.5.1 Princípio da Obrigatoriedade da Persecução Penal.....	40
1.5.2 Princípio da Iniciativa das Partes.....	41
1.5.3 Princípio da Oficialidade.....	41
1.5.4 Princípio do Impulso Oficial.....	42
1.6 DISTINÇÃO ENTRE LEI PENAL E LEI PROCESSUAL PENAL.....	42
1.7 FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	43
1.8 INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	44
1.9 EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO.....	45
1.10 EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO.....	46
Capítulo 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL CONSTITUCIONAL	49
2.1 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	50
2.2 PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	51
2.3 PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA.....	53
2.4 PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	54
2.5 PRINCÍPIO DA PREDOMINÂNCIA DA LIBERDADE DO ACUSADO.....	59
2.6 PRINCÍPIO DA INVIOABILIDADE DE BENS PERSONALÍSSIMOS.....	60
2.6.1 Inviolabilidade da Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem.....	60
2.6.2 Inviolabilidade da Casa.....	62
2.6.3 Inviolabilidade do Sigilo de Determinadas Comunicações.....	63
2.7 PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE HUMANA.....	63
2.8 PRINCÍPIO QUE GARANTE AO ACUSADO PERMANECER CALADO.....	65
2.9 PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL.....	65
2.9.1 Princípio da Identidade Física do Juiz.....	67
2.10 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DO PROCESSO.....	67
2.11 PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	69
2.12 PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA SUBJETIVA DA SANÇÃO PENAL.....	69
2.13 PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DO <i>FAVOR REI</i>	70

2.14	PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROVA OBTIDA POR MEIO ILÍCITO	71
2.15	PRINCÍPIO DO PRAZO RAZOÁVEL DO PROCESSO	71
2.16	PRINCÍPIOS DERIVADOS DE TRATADOS INTERNACIONAIS	73
2.16.1	Princípio Negativo da Autoincriminação.....	74
2.16.2	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	75
2.16.3	Princípio do <i>Non Bis In Idem</i>	75
2.17	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	76
Capítulo 3 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL		
3.1	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	81
3.2	ÓRGÃOS INCUMBIDOS DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	83
3.2.1	Polícias Judiciárias	84
3.2.2	Polícia Federal e suas Atribuições.....	84
3.2.3	Polícia Técnico-Científica	86
3.2.4	Polícias: Militar, Rodoviária e Ferroviária	86
3.2.5	Força Nacional de Segurança Pública	86
3.2.6	Investigação Impulsionada pela Tecnologia.....	88
3.2.7	Infoseg: Rede de Integração Nacional de Informações.....	89
3.2.8	Ômega: Sistema Eletrônico Paulista de Armazenamento de Dados	90
3.2.9	Phoenix: Banco de Dados de Identificação dos Indiciados.....	91
3.2.10	Infocrim e Fotocrim: Serviço de Inteligência da Polícia Militar.....	92
3.2.11	Sinesp: Sistema Nacional de Informações para Políticas Públicas	92
3.3	<i>NOTITIA CRIMINIS</i>	93
3.3.1	Auto de Prisão em Flagrante Delito.....	94
3.3.2	Boletim de Ocorrência (BO).....	94
3.3.3	Boletim Eletrônico de Ocorrência Policial (BEOP).....	94
3.3.4	Registro Digital de Ocorrência (RDO).....	95
3.3.5	Disque-Denúncia e Informações Anônimas	96
3.3.6	Denúncias Incentivadas pela Recompensa	97
3.4	IMUNIDADES INVESTIGATIVAS E PROCESSUAIS.....	98
3.4.1	Imunidades Diplomáticas	98
3.4.2	Imunidades Outorgadas ao Presidente da República	99
3.4.3	Imunidades dos Membros do Poder Legislativo e de Outras Autoridades	100
3.4.4	Imunidade Criminal dos Menores de 18 Anos de Idade.....	102
3.5	INQUÉRITO POLICIAL E SEUS CARACTERES.....	102
3.5.1	Instauração, Requisição e Representação	103
3.5.2	Natureza Jurídica.....	104
3.5.3	Finalidade.....	104
3.5.4	Presidência dos Atos Investigativos	104
3.5.5	Neutralidade da Presidência	105
3.5.6	Portaria de Abertura	105
3.5.7	Prazos	106
3.5.8	Atos da Autoridade Policial e Diligências Investigativas.....	107
3.5.9	Comparecimento do Agente Policial ao Local e a Preservação dos Vestígios.....	108
3.5.10	Apreensão de Coisas e Instrumentos, Avaliação e Princípio da Insignificância	108
3.5.11	Diligências que Dependem de Prévia Autorização do Juiz Competente... 110	
3.5.12	Providências Especiais Autorizadas na Apuração de Determinados Crimes	111

3.5.13	Atribuições do Delegado em Casos de Violência Doméstica e Familiar	112
3.5.14	Infiltração de Agente Policial em Tarefas de Investigação.....	113
3.5.15	Identificação do Investigado.....	116
3.5.16	Identificação Civil do Criminoso.....	116
3.5.17	Indiciamento Formal do Investigado	118
3.5.18	Identificação Criminal Tecnológica (Papiloscopia, Sinic e Afis).....	119
3.5.19	Identificação Obtida Mediante Exame de Perfil Genético (DNA).....	121
3.5.20	Identificação do Internauta Criminoso.....	122
3.5.21	Presença do Defensor Durante os Depoimentos Colhidos na Delegacia.....	125
3.5.22	Valor Probante do Inquérito	126
3.5.23	Relatório Final.....	127
3.5.24	MP e as Providências Após o Relatório do Inquérito Policial	127
3.5.25	Arquivamento e Desarquivamento	128
3.6	EFEITOS DO SIGILO E DO SEGREDO PRODUZIDOS NA INVESTIGAÇÃO.....	128
3.6.1	Sigilo do Inquérito e o Acesso do Defensor aos Autos.....	129
3.6.2	Sigilo do Inquérito Previsto na Lei Processual Penal Comum.....	130
3.6.3	Sigilo das Investigações de Crimes Praticados por Organização Criminosa	131
3.6.4	Difusão do Sigilo Profissional.....	134
3.6.5	Sigilo Profissional do Advogado	135
3.6.6	Sigilo Profissional do Juiz, do Órgão do MP e da Autoridade Policial	137
3.6.7	Sigilo Profissional do Médico	138
3.6.8	Sigilo Profissional do Jornalista	140
3.7	TERMO CIRCUNSTANCIADO.....	142
3.7.1	Termo Circunstanciado Eletrônico	143
3.8	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) E PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	143
3.9	INVESTIGAÇÃO “DEFENSIVA” E DETETIVE PARTICULAR.....	145
3.10	PROGRAMAS INVESTIGATIVOS DE <i>COMPLIANCE</i>	146
3.11	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL PRESIDIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	147
Capítulo 4 – JURISDIÇÃO PENAL	149
4.1	JURISDIÇÃO PENAL E JUÍZO COMPETENTE	149
4.2	COMPETÊNCIA CRIMINAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	150
4.3	COMPETÊNCIA CRIMINAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	151
4.4	COMPETÊNCIA CRIMINAL DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	152
4.5	COMPETÊNCIA DOS JUÍZES CRIMINAIS FEDERAIS.....	153
4.6	COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA MILITAR.....	155
4.7	COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL	159
4.8	COMPETÊNCIA CRIMINAL DOS TRIBUNAIS E JUÍZES ESTADUAIS.....	160
4.9	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL – JECRIM.....	161
4.9.1	Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.....	162
4.10	COMPETÊNCIA DO JUÍZO CRIMINAL FIXADA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO.....	162
4.11	JUÍZO CRIMINAL COMPETENTE ESTABELECIDO PELO DOMICÍLIO OU RESIDÊNCIA DO RÉU	164
4.12	JUÍZO CRIMINAL COMPETENTE DETERMINADO PELA NATUREZA DA INFRAÇÃO	164

4.13	COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	165
4.14	COMPETÊNCIA DO JUÍZO COLEGIADO EM CRIME COMETIDO POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	166
4.15	FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA FIRMADA PELA DISTRIBUIÇÃO	167
4.16	COMPETÊNCIA POR CONEXÃO	168
4.17	COMPETÊNCIA POR CONTINÊNCIA	170
4.18	REGRAS COMPLEMENTARES DE CONEXÃO E CONTINÊNCIA	170
4.19	COMPETÊNCIA POR PREVENÇÃO.....	171
4.20	COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	172
4.21	CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	174
Capítulo 5 – CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL E SUJEITOS PROCESSUAIS		
5.1	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL.....	177
5.2	AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA	178
5.3	AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA.....	179
5.4	AÇÃO PENAL PRIVADA.....	182
5.5	SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL PENAL	186
5.6	MINISTÉRIO PÚBLICO: ASPECTOS INSTITUCIONAIS	186
5.6.1	Garantias Constitucionais Asseguradas aos Membros do Ministério Público.....	187
5.6.2	Duplicidade das Funções do MP: Atuar como Parte e como Fiscal da Lei	188
5.6.3	Poder de Requisição do Ministério Público.....	190
5.6.4	Investigação Criminal Realizada pelo Ministério Público.....	192
5.6.5	Investigação em Inquérito Civil.....	194
5.7	ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO	195
5.8	RÉU E SEU DEFENSOR.....	197
5.8.1	Parcialidade Regrada do Defensor.....	199
5.9	JUIZ E SEUS PODERES	200
5.9.1	Imparcialidade do Julgador	200
5.9.2	Independência Funcional do Magistrado	202
5.9.3	Equilíbrio do Juiz	202
5.9.4	Prudência Decisória.....	203
5.9.5	Poderes do Juiz e a Produção da Justiça	203
5.9.6	Poderes Inquisitórios do Juiz Penal	205
5.9.7	Poderes Instrutórios do Juiz Penal	206
Capítulo 6 – PROCESSO PENAL – PROCEDIMENTOS PENAIS – ATOS PROCESSUAIS		
6.1	PROCESSO NÃO SE CONFUNDE COM PROCEDIMNTO	207
6.1.1	Processo Penal Eletrônico	208
6.1.2	Procedimento Penal.....	210
6.2	PROCEDIMENTO PENAL COMUM ORDINÁRIO	210
6.3	PROCEDIMENTO PENAL COMUM SUMÁRIO	213
6.4	PROCEDIMENTO PENAL COMUM SUMARÍSSIMO.....	214
6.4.1	Fase Preliminar do Procedimento	215
6.4.2	Fase Conclusiva do Procedimento Sumarissimo	217
6.5	PROCEDIMENTOS PENAIS ESPECIAIS.....	217
6.5.1	Procedimento Especial Estabelecido pela Lei Antidrogas.....	218

6.5.2	Procedimento Especial nos Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos	219
6.5.3	Procedimento Especial nos Crimes Contra a Honra	219
6.5.4	Regramento Especial nos Crimes Contra a Propriedade Imaterial	220
6.5.5	Procedimento Preliminar nos Chamados Crimes Falimentares	220
6.5.6	Disposições Procedimentais Especiais nos Crimes de Lavagem	220
6.5.7	Regras Aplicáveis nos Crimes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	220
6.5.8	Procedimentos nas Ações Originárias dos Tribunais de Instância Superior	222
6.5.9	Procedimento nos Crimes de Responsabilidade	223
6.6	PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	223
6.6.1	Procedimento Bifásico	223
6.6.2	Decisões que Encerram a Primeira Fase do Procedimento	224
6.6.3	Preparação do Processo para Julgamento em Plenário	225
6.6.4	Julgamento pelo Conselho de Jurados	225
6.7	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	227
6.8	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A DESNECESSIDADE DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO	229
6.9	REGRAMENTO DOS PRAZOS DOS ATOS PROCESSUAIS	232
Capítulo 7	FASE POSTULATÓRIA DA AÇÃO PENAL	235
7.1	FASES DO PROCESSO PENAL	235
7.2	MITIGAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL	237
7.3	REQUISITOS FORMAIS DA DENÚNCIA OU DA QUEIXA	238
7.4	PRAZOS DA DENÚNCIA	240
7.5	REJEIÇÃO DA DENÚNCIA	240
7.5.1	Inépcia da Peça Acusatória	241
7.5.2	Pressupostos Processuais: Subjetivos e Objetivos	241
7.5.3	Condições Gerais da Ação Penal	242
7.5.4	Ausência de Justa Causa para a Ação Penal	243
7.6	CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU	244
7.6.1	Citação Pessoal	244
7.6.2	Conteúdo e Requisitos do Mandado de Citação	245
7.6.3	Citação por Cartas Precatória, Rogatória e de Ordem	245
7.6.4	Citação com Hora Certa	246
7.6.5	Citação por Edital	246
7.6.6	Revelia e Suspensão do Processo de Réu Citado por Edital	247
7.6.7	Citação e Intimação em Infração de Menor Potencial Ofensivo	249
7.6.8	Citação e Intimação por Meio de Videoconferência	249
7.7	INTIMAÇÃO DO ACUSADO E DOS DEMAIS SUJEITOS DO PROCESSO	250
7.7.1	Intimação pelo <i>Whatsapp</i>	250
7.8	RESPOSTA DO RÉU	251
7.9	DEFESA DESENVOLVIDA POR MEIO DE EXCEÇÕES	252
7.9.1	Exceção de Suspeição ou de Impedimento do Julgador	252
7.9.2	Exceção de Incompetência do Juízo	253
7.9.3	Exceções de Litispendência, Ilegitimidade de Parte e de Coisa Julgada	254
7.10	QUESTÃO PREJUDICIAL	254
7.11	PRISÃO E LIBERDADE DO INVESTIGADO OU ACUSADO	255

7.12	GARANTIAS E DIREITOS IMEDIATOS ASSEGURADOS AO PRESO COMUM.....	256
7.13	RECOLHIMENTO DE INFRATORES EM PRESÍDIO ESPECIAL	257
7.14	MANDADO DE PRISÃO: CARACTERES E CUMPRIMENTO.....	258
7.15	MODALIDADES DE PRISÃO PROVISÓRIA	259
7.16	PRISÃO EM FLAGRANTE.....	260
7.16.1	Caracterização de Flagrante Delito.....	260
7.16.2	Flagrante em Infração de Menor Potencial Ofensivo e de Violência Doméstica.....	261
7.16.3	Ação Controlada e a Prisão em Flagrante.....	261
7.16.4	Auto de Prisão em Flagrante	263
7.17	AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	264
7.18	PRISÃO TEMPORÁRIA	265
7.19	PRISÃO DOMICILIAR	266
7.20	MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS DA PRISÃO PREVENTIVA.....	267
7.21	PRISÃO PREVENTIVA	268
7.22	LIBERDADE PROVISÓRIA COM E SEM FIANÇA.....	272
7.23	VALOR DA FIANÇA.....	273
7.24	CRIMES INAFIANÇÁVEIS.....	274
7.25	CAUSAS DE QUEBRA E DE CASSAÇÃO DA FIANÇA.....	275
7.26	HABEAS CORPUS.....	276
7.26.1	Preceitos Legais Definidores do <i>Habeas Corpus</i>	276
7.26.2	Natureza Jurídica e Amplitude	277
7.26.3	Impetrante, Paciente e Autoridade Coatora	279
7.26.4	<i>Habeas Corpus</i> Preventivo e <i>Habeas Corpus</i> Liberatório.....	279
7.26.5	<i>Habeas Corpus</i> Contra Coação Ilegal	280
7.26.6	Impetração de HC Por Falta de Justa Causa.....	280
7.26.7	HC por Excesso de Prazo	281
7.26.8	HC Contra a Incompetência do Juízo que Ordenar a Prisão.....	282
7.26.9	HC por ter Cessado o Motivo que Autorizou a Prisão.....	283
7.26.10	HC Contra Recusa Indevida da Fiança.....	284
7.26.11	HC por Conter o Processo Nulidade	284
7.26.12	HC por Estar Extinta a Punibilidade	284
7.26.13	<i>Habeas Corpus</i> contra Abuso de Autoridade.....	284
7.26.14	Conteúdo da Petição de <i>Habeas Corpus</i>	286
7.26.15	Rito Procedimental e Liminar Concessiva do <i>Habeas Corpus</i>	287
Capítulo 8	FASE INSTRUTÓRIA DO PROCESSO PENAL	291
8.1	PODER GERAL DE CAUTELA DO MAGISTRADO	292
8.1.1	Medidas Judiciais Assecuratórias.....	292
8.1.2	Quebra do Sigilo Bancário e Financeiro.....	294
8.1.3	Busca e Apreensão	298
8.1.4	Busca e Apreensão em Escritório de Advocacia	302
8.1.5	Interceptação Telefônica.....	304
8.1.6	Dados Pessoais Liberados e o Sigilo dos Dados Especialmente Sensíveis.....	309
8.1.7	Apreensão Legal de Dados em Equipamentos Eletrônicos.....	312
8.1.8	Interceptação Telemática.....	314
8.1.9	Medidas Judiciais Determinadas <i>On-Line</i>	316
8.1.10	Quebra do Sigilo da Correspondência e das Comunicações Telegráficas.....	318

8.1.11	Captação Ambiental de Sinais Eletromagnéticos, Ópticos ou Acústicos	319
8.1.12	Sequestro, Arresto e Hipoteca Legal	320
8.1.13	Possibilidade do Pedido de Restituição de Bens e o Ônus da Prova	322
8.1.14	Nomeação de Depositário ou Administrador dos Bens Retidos	325
8.1.15	Leilão de Bens Constritos	328
8.1.16	Confisco de Bens	331
8.2	INSTRUÇÃO PROBATÓRIA E SUA RELEVÂNCIA NO PROCESSO PENAL	332
8.3	PROVAS E O DESCOBRIMENTO DA VERDADE NO PROCESSO PENAL	333
8.3.1	A Verdade em Termos Filosóficos e Jurídicos	334
8.3.2	Unicidade da Verdade	334
8.3.3	Busca da Verdade e o seu Ajuste ao Direito	335
8.3.4	Verdade e a Finalidade do Processo Criminal	336
8.3.5	Verdade Material e Verdade Formal	337
8.3.6	Mitigação dos Dogmas e a Verdade Processual	339
8.3.7	Descobrimto da Verdade no Segundo Grau de Jurisdição	341
8.4	LEGALIDADE E LIBERDADE DA PROVA	343
8.5	PROIBIÇÃO DA PROVA ILÍCITA	344
8.5.1	Prova Ilícita por Derivação	345
8.5.2	Desentranhamento da Prova Ilícita	346
8.5.3	Aplicação do Princípio da Proporcionalidade	347
8.6	OBJETO DA PROVA	348
8.7	ÔNUS DA PROVA	349
8.8	DESNECESSIDADE DA PROVA	350
8.8.1	Fatos Evidentes, Axiomáticos, Notórios e Direito Normativo	350
8.8.2	Presunções Legais de Veracidade	351
8.9	MOMENTOS PROBATÓRIOS	352
8.10	COMUNHÃO DAS PROVAS	353
8.11	MEIOS DE PROVA	354
8.11.1	Exame de Corpo de Delito	354
8.12	PROVA PERICIAL E SUA NECESSIDADE	355
8.12.1	Perícia: Prova da Materialidade e Prova da Autoria	356
8.12.2	Perito e sua Atuação na Investigação Criminal	358
8.12.3	Quesitos e Laudo Pericial	359
8.12.4	Exames Necroscópico e de Exumação	360
8.12.5	Exame de Lesões Corporais	362
8.12.6	Exame Laboratorial e DNA	363
8.12.7	Exame de Alcoolemia (<i>Bafômetro</i>) e Provas Especiais em Crimes de Trânsito	366
8.12.8	Exame de Instrumentos, Coisas, Avaliação e Teoria da Insignificância	367
8.12.9	Exame Grafotécnico	368
8.13	RECONHECIMENTO DE PESSOA OU COISA	369
8.14	PROVA DOCUMENTAL	370
8.14.1	Autenticidade do Documento e o Incidente de Falsidade Documental	371
8.14.2	Prova Emprestada	371
8.14.3	Prova Psicografada	372
8.15	PROVA TECNOLÓGICA	374
8.15.1	Documento Eletrônico	376
8.15.2	Entraves na Obtenção da Prova Cibernética	377
8.15.3	Ata Notarial Utilizada como Meio de Prova no Processo Penal	378

8.16	PROVA ORAL	381
8.16.1	Intérprete e Tradutor.....	381
8.17	OFENDIDO E A SUA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO PENAL	382
8.17.1	Realinhamento Processual da Importância do Ofendido.....	382
8.17.2	Declarações da Vítima e o Depoimento Especial do Ofendido	383
8.17.3	Proteção à Vítima Ameaçada.....	384
8.17.4	Sistema Protetivo Especial da Vítima de Violência Doméstica	384
8.17.5	Oitiva do Ofendido sem o Compromisso de Dizer a Verdade	385
8.17.6	Ofendido na Condição de Querelante e seu Compromisso com a Verdade.....	386
8.17.7	Outras Disposições Sobre o Ofendido.....	387
8.17.8	Condução Coercitiva do Ofendido.....	388
8.17.9	Ação Civil <i>Ex Delicto</i> Proposta pelo Ofendido	389
8.18	PROVA TESTEMUNHAL	390
8.18.1	Eficácia ou Ineficácia da Prova Testemunhal	390
8.18.2	Número de Testemunhas que Podem ser Arroladas	391
8.18.3	Compromisso de Dizer a Verdade	392
8.18.4	Condução Coercitiva de Testemunha e quem Não é Obrigado a Testemunhar.....	393
8.18.5	Tratamento Especial Concedido a Autoridades que Devam Testemunhar.....	395
8.18.6	Incomunicabilidade e Ordem de Inquirição das Testemunhas	396
8.18.7	Contradita	396
8.18.8	Sistema Presidencial de Inquirição e Exame Direto Efetuado pelas Partes	396
8.18.9	Confrontação da Prova Testemunhal Pelo Réu	398
8.18.10	Objetividade do Depoimento Testemunhal	399
8.18.11	Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas Ameaçadas	399
8.18.12	Acareação	400
8.18.13	Depoimento Colhido por Carta Precatória e por Carta Rogatória	401
8.18.14	Depoimentos Colhidos por Videoconferência e seus Requisitos de Validade.....	401
8.19	INTERROGATÓRIO DO ACUSADO	405
8.19.1	Natureza Jurídica do Interrogatório.....	405
8.19.2	Interrogatório na Sede do Juízo ou Por Videoconferência	406
8.19.3	Momento e Obrigatoriedade da Realização do Interrogatório.....	407
8.19.4	Interrogatório do Réu e as Delimitações do Ato Processual	409
8.19.5	Comportamento do Acusado Durante o Interrogatório.....	410
8.19.6	Direção do Interrogatório Feita pelo Juiz	410
8.19.7	Presença Obrigatória do Defensor Durante o Interrogatório	411
8.19.8	Divisão do Interrogatório em Duas Partes.....	411
8.19.9	Incidente de Insanidade Mental do Acusado	412
8.20	CONFISSÃO	413
8.21	DELAÇÃO OU COLABORAÇÃO PREMIADA	414
8.21.1	Breve Rol Cronológico de Leis que Admitem a Delação	416
8.21.2	Acordo de Delação Premiada Regulamentado pela Lei 12.850/2013.....	418
8.22	INDÍCIOS.....	424
8.23	PROVAS OBTIDAS MEDIANTE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	425
8.23.1	Criminalidade Transnacional	426
8.23.2	Acordos Internacionais Multilaterais, Bilaterais e Leis Nacionais	426
8.23.3	Cooperação Internacional Ativa, Passiva ou Espontânea.....	428

8.23.4	Formalidades e Pressupostos do Pedido de Cooperação Jurídica Penal	429
8.23.5	Informações e Meios de Prova que Podem ser Solicitados	431
8.23.6	Cooperação Pendente de Prévia Autorização Judicial	431
8.23.7	Carta Rogatória, Juízo de Delibação e Auxílio Direto	432
8.23.8	Pedido de Extradicação	435

Capítulo 9 – FASE DECISÓRIA DO PROCESSO PENAL

9.1	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	437
9.1.1	Registro Tecnológico da Audiência	438
9.1.2	Audiência Unificada, Audiência Complementar e seu Ritual	439
9.1.3	Alegações Finais Oraís em Audiência	440
9.2	NULIDADES	441
9.2.1	Princípios e Disposições Legais que Regem as Nulidades no Processo Penal	441
9.2.2	Ato Nulo e Ato Anulável	442
9.2.3	Ato Nulo Não se Confunde com a Inexistência do Ato	442
9.2.4	Objeto da Nulidade	443
9.2.5	Natureza Jurídica da Nulidade	443
9.2.6	Arguição Formal da Nulidade	443
9.2.7	Quem Pode Arguir a Existência de Nulidade	443
9.2.8	Nulidade e Lealdade Processual	444
9.2.9	Interesse na Declaração Judicial de Nulidade	444
9.2.10	Legalidade das Formas e a Necessidade da Declaração Judicial de Nulidade	445
9.2.11	Princípio do Prejuízo	445
9.2.12	Nulidade e Mera Irregularidade do Ato Processual	445
9.2.13	Princípio da Instrumentalidade das Formas	446
9.2.14	Princípio da Convalidação dos Atos Sanáveis	446
9.2.15	Princípio da Causalidade ou da Nulidade Derivada	447
9.2.16	Incerteza da Resolução Judicial	447
9.3	NULIDADE ABSOLUTA	447
9.3.1	Atos do Magistrado que Ferem o Princípio do Juiz Natural	448
9.3.2	Ilegitimidade da Parte	448
9.3.3	Citação Irregular do Réu	449
9.3.4	Não Realização do Interrogatório do Réu	449
9.3.5	Interrogatório Realizado sem a Presença do Defensor	450
9.3.6	Nulidade da Sentença e de Atos do Inquérito Policial	450
9.4	NULIDADE RELATIVA	450
9.4.1	Atos Processuais Sanáveis	451
9.4.2	Nulidade Ocorrida Durante a Audiência	451
9.4.3	Incompetência Territorial do Juízo	452
9.4.4	Irregularidade na Representação Formal da Parte	452
9.4.5	Nulidade e o Descobrimento da Verdade	452
9.4.6	Nulidade e Coisa Julgada	453
9.4.7	Deficiência Técnica do Defensor	453
9.5	MOMENTOS DE ARGUIÇÃO DA NULIDADE	453
9.5.1	Arguição de Nulidade Absoluta	453
9.5.2	Arguição de Nulidade Relativa	454
9.6	NULIDADES DO PROCESSO DO TRIBUNAL DO JÚRI	454
9.7	SISTEMAS DE VALORAÇÃO DA PROVA NO PROCESSO PENAL	456
9.7.1	Sistema das Ordálias ou “Juízos de Deus”	457
9.7.2	Sistema da Íntima Convicção do Juiz	458

9.7.3	Sistema da Prova Legal	459
9.7.4	Sistema da Persuasão Racional	459
9.7.5	Critérios Legais do Sistema da Persuasão Racional.....	461
9.8	DECISÕES PENAIS.....	462
9.8.1	Decisões Interlocutórias	463
9.9	SENTENÇA	463
9.9.1	Requisitos Formais da Sentença	464
9.9.2	Relatório da Sentença	465
9.9.3	Fundamentação da Sentença	465
9.9.4	Parte Dispositiva e Assinatura do Juiz	466
9.10	SENTENÇA PENAL ABSOLUTÓRIA	467
9.10.1	Inexistência do Fato.....	467
9.10.2	Inexistência de Prova da Ocorrência do Fato	467
9.10.3	Atipicidade do Fato	467
9.10.4	Álibi Perfeito.....	467
9.10.5	Inexistência de Prova Cabal da Participação do Acusado no Crime.....	467
9.10.6	Existência de Circunstâncias que Excluem o Crime.....	468
9.10.7	Dúvida sobre Existência de Circunstâncias que Excluem o Crime	468
9.10.8	<i>In Dubio Pro Reo</i>	468
9.10.9	Absolvição Sumária	468
9.10.10	Efeitos Decorrentes da Sentença Absolutória.....	469
9.10.11	Sentença Absolutória Imprópria	469
9.10.12	Perdão Judicial	469
9.11	SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	470
9.11.1	Agravantes.....	470
9.11.2	Atenuantes	472
9.11.3	Concurso de Agravantes e Atenuantes.....	473
9.11.4	Outras Circunstâncias e o Cálculo da Pena	473
9.11.5	Fixação de Valor Mínimo da Reparação dos Danos.....	474
9.11.6	Prisão do Réu e o Direito de Recorrer em Liberdade	475
9.11.7	Efeitos da Sentença Penal Condenatória Irrecorrível.....	476
9.12	TEORIA DA CONGRUÊNCIA OU DA CORRELAÇÃO.....	477
9.12.1	Correção da Capitulação pelo Juiz (<i>Emendatio Libelli</i>).....	477
9.12.2	Aditamento da Denúncia (<i>Mutatio Libelli</i>)	478
9.12.3	Aplicação do Princípio da Congruência no Tribunal do Júri	479
9.13	PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DA SENTENÇA	480
9.14	COISA JULGADA	481
9.15	REVISÃO CRIMINAL.....	482
9.15.1	Revisão <i>Pro Reo</i>	483
9.15.2	Revisão <i>Pro Societate</i>	484
	REFERÊNCIAS	485
	ÍNDICE REMISSIVO.....	491